

Covas quer negociar valor total do débito

Governador reivindica da Fazenda condições iguais às acertadas com Minas e Rio Grande do Sul

CRISTIANA LÔBO
e MIRIAM MOURA

O governo de São Paulo começará a negociar a dívida de R\$ 54,2 bilhões na semana que vem com a disposição clara do governador Mário Covas de garantir as mesmas condições obtidas por Minas e Rio Grande do Sul nos acordos fechados com o Ministério da Fazenda. Covas quer uma solução global, que envolva Banespa, Nossa Caixa e dívida mobiliária. Ele indica que pretende reabrir as negociações em torno do Banespa sem envolver a discussão sobre privatizar ou não do banco.

"Não tenho interesse em que a privatização do Banespa fique no centro da discussão, pois esse foi o erro do passado, quando se dizia haver um desejo inabalável de ficar com o banco", afirma o governador.

A principal reivindicação de Covas é de um acordo nos termos dos de Minas e Rio Grande do Sul, em que o governo federal aceitou refinar as dívidas dos dois Estados, pelo prazo de 30 anos, desde que pagassem 20% do total. No caso do Banespa, Covas assinou com-

promisso de pagar 50% da dívida com ativos.

Acerto melhor — A negociação com São Paulo é a mais delicada para o governo federal. Covas faz questão de mostrar que sua proposta original oferecia mais à União no acordo do Banespa do que o acertado com Minas e Rio Grande do Sul. O acordo previa o pagamento com ativos do Estado de metade da dívida do governo de São Paulo com o banco (R\$ 15 bilhões em dezembro passado). O restante, R\$ 7,5 bilhões, seria refinanciado pela União em 30 anos.

Como o acordo só foi aprovado no Senado em abril, ficou pendente a parcela de juros que incidiam sobre o montante da dívida — o "buraco negro", estimado em R\$ 3,5 bilhões em abril — que estava fora do acordo. Na negociação global das dívidas dos Estados, a União exige o pagamento à vista em ativos de 20% do total. De lápis na mão, Covas faz as contas: "Com R\$ 500 milhões a mais do que ofereci em dezembro passado, posso, nas bases acertadas com Minas e Rio Grande do Sul, negociar a dívida global de São Paulo."

Covas afirmou que o Ministério da Fazenda não poderá, agora, exigir 50% em ativos quando está sendo negociado globalmente com os outros o pagamento de 20%. A medida provisória que trata do saneamento dos bancos estaduais exige dos governadores interessados em manter o controle de seus bancos o pagamento de 50% das dívidas com ativos.

Em 31 de março, o total da dívida do governo estadual com o Banespa era de R\$ 16,8 bilhões (cresceu 14% até 31 de agosto, para R\$ 19,5 bilhões). A dívida da Nossa Caixa era de R\$ 4,3 bilhões (R\$ 5,1 bilhões em agosto) e a dívida em títulos (mobiliária) estava em R\$ 15,6 bilhões (R\$ 17,3 bilhões em agosto). Juntas, em 31 de março totalizavam R\$ 36,7 bilhões.

O valor, incluindo as dívidas do Tesouro e das empresas dependentes (sem receita própria) era de R\$ 42,1 bilhões. Somando-se as empresas não-dependentes atingia R\$ 54,2 bilhões. Em 31 de agosto, o total chegou a R\$ 58,3 bilhões. "Não posso nem quero pedir mais", afirma Covas. "Para mim está bom o que deram para Minas e Rio Grande do Sul."

F RASE: "NÃO POSSO, NEM QUERO, PEDIR MAIS"